

CARTA ABERTA AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E A TODOS OS/AS TRABALHADORAS/ES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO

Esta Comissão de Representantes do Movimento Nenhum Servidor a Menos, criada após os terríveis acontecimentos da semana passada (2 falecimentos de servidores em menos de 24 horas), vem a público apresentar um breve histórico da mobilização dos servidores contra assédio moral direto, assédio moral institucional e más condições de trabalho, bem como apresentar suas pautas prioritárias e acessórias.

[ALERTA DE GATILHO]

Breve histórico dos acontecimentos e de nossa mobilização

Em abril e maio do ano passado (2022), servidores organizaram abaixo-assinados contra as resoluções da Diretoria-Geral que traziam mudanças injustificadas e sem o devido processo administrativo democrático acerca do trabalho em home office. Na mesma ocasião, tais documentos abordavam o assédio moral na Instituição. Os abaixo-assinados foram protocolados da Procuradoria-Geral de Justiça e nunca foram respondidos.

Em junho do mesmo ano, assistimos em choque ao suicídio do servidor Luiz Marcelo Neves Voltarel dentro do edifício-sede do Ministério Público em São Paulo, à vista de todos e durante o expediente (por volta das 16h45 do dia 29 de junho de 2022). Após o fato, surgiram vários movimentos espontâneos de servidores, desde denúncias ao CNMP até uma pesquisa sobre assédio moral e sexual que recebeu quase 800 respostas e mais de 300 relatos de assédio. Essa pesquisa foi divulgada numa carta aberta anônima endereçada ao Procurador-Geral de Justiça e muitas outras (em uma delas, falava-se nominalmente da Diretoria-Geral, na figura de seu Diretor, no trato com servidores).

Mais: servidores também buscaram o PGJ em eventos públicos e conseguiram marcar uma reunião com ele, o qual enfim recebeu uma comissão de servidores com diversas categorias em agosto de 2022, construída num grupo do Telegram com mais de 500 servidores.

Nessa oportunidade, servidores disseram que o Sindicato não os representava e o Dr. Mário Sarrubbo mostrou-se aberto a receber um documento com todas as demandas dos servidores. Assim foi feito e protocolado na PGJ, mas, com a divulgação de relatos de assédio nas redes sociais, o PGJ e sua assessoria resolveu fechar as portas para qualquer comissão e nunca respondeu ao documento entregue após tanto trabalho. No mesmo período, o Procurador-Geral enviou uma carta SÓ PARA “MEMBROS” (promotores e procuradores) falando mal da mobilização dos servidores e negando que houvesse assédio moral no MPSP. No Conselho Superior, oposição e situação se juntaram para falar mal dos servidores que estavam se mobilizando.

Como tentativa de resposta por fora do diálogo com os mobilizados, a PGJ criou o canal Converse com o PGJ, formado por servidores próximos a ele (os quais acumularam com tarefas que já possuíam). Entendemos que foi uma tentativa válida, mas que não podia alterar nenhum problema estrutural. Na prática, buscava-se tirar o endereçamento coletivo de reclamações para torná-los casos pontuais. Tal canal se mostrou insuficiente perante tantas demandas e acabou não respondendo a boa parte dos problemas, inclusive ao documento da Comissão de

Servidores de 2022 que não recebeu sequer meia-resposta. Ademais, o PGJ chamou as duas representações oficiais de servidores (sindicato e AAJUMP), as quais não dialogaram com suas bases (e que SEQUER SE PRONUNCIARAM até o momento sobre os últimos acontecimentos).

Assim, chegamos a 2023 sem esperanças. O assédio moral, em especial, continuou, inclusive com alguns casos ocorrendo com pessoas que estiveram envolvidas na mobilização do ano passado. Logicamente, o Procurador-Geral de Justiça sabe que o problema é muito maior do que os “oito casos investigados na Corregedoria” como ele divulgou para a mídia, pois é raríssimo que alguém denuncie para uma Instituição que a deixa acuada e com medo; ele, inclusive, atendeu pessoalmente um caso de ideação suicida em virtude de perseguição de membros e pôde ver de perto o tamanho do nosso problema.

Agora, nos dias 10 e 11 de maio de 2023, tivemos notícia de dois suicídios de servidores ativos do MPSP (Denis Batista da Silva e Everaldo José da Silva), sendo um deles dentro do caminhão da Instituição, no meio do expediente. Além disso, no mesmo dia, um servidor, em horário de trabalho, também tentou se matar nas imediações do prédio da Riachuelo, tendo sido salvo pela polícia. Não queremos contar mais mortos! O MPSP precisa de mudanças ESTRUTURAIS!! Uma epidemia de suicídios não é aleatória numa instituição. É evidente que o Ministério Público tem problemas GRAVES no trato com seus servidores e nas condições de trabalho (lembrando que existe um abismo entre a nossa situação e a de Membros), tirando-nos o sentimento de pertencimento, o que já tem sido AMPLAMENTE DENUNCIADO desde o início do ano passado!

Ademais, estão vindo à tona os suicídios de dois trabalhadores terceirizados da instituição, o vigilante Aluísio do prédio da Manoel da Nóbrega há cerca de dois anos, e outro da Riachuelo no ano passado, após o expediente (não sabemos o nome). A falta de informações demonstra, inclusive, a desumanização que esses trabalhadores passam na nossa Instituição na condição de terceirizados, vivendo numa escala aumentada quase todos os problemas pelos quais os servidores passam.

NÃO HÁ NADA PIOR DO QUE AS PERDAS QUE TIVEMOS!!! E NÃO HÁ PARALELO NO SERVIÇO PÚBLICO E PRIVADO COM A SITUAÇÃO QUE ESTAMOS VIVENDO NO MPSP – CHEGAMOS AO FUNDO DO POÇO!!! Pedimos que, finalmente, o MPSP tenha a humildade de ouvir seus servidores, parte de seus ‘integrantes’, bem como o grito dos que já se foram, e faça um compromisso diante das nossas exigências prioritárias e nos receba no dia 18/05, quinta-feira, dia da realização da Primeira Mobilização do Movimento a partir das 14h, para abertura das negociações.

Pautas urgentes do movimento

- 1) Criação de comissão de assédio moral e sexual com participação ativa de servidores;
- 2) Disponibilização de psicólogos e rede de atendimento aos servidores;
- 3) Revogação dos instrumentos abusivos de avaliação dos servidores;
- 4) Instituição de ouvidoria de assédio moral e sexual.

Existem outras pautas, igualmente importantes, decididas **TODAS EM ASSEMBLEIA COM OS SERVIDORES, ORGANICAMENTE**, as quais também lutamos e lutaremos e serão construídas

em conjunto com os servidores e servidoras do Ministério Público ao longo da nossa caminhada.